

## Existem Filósofas? Vozes de mulheres invisíveis

Dra. Joana Tolentino<sup>1</sup>

*A educação é a dimensão em que decidimos se amamos suficiente o mundo para assumir responsabilidade por ele.*  
ARENDR

### Resumo

Existem mulheres filósofas? A tradição filosófica excludente, que se faz presente através de seu cânone, causa o silenciamento de múltiplas vozes, em exclusões de gênero, geoespaciais, étnicas. Este texto fundamenta-se nos estudos decoloniais e propõe a discussão crítica e a revisão do cânone filosófico, em especial no ensino da filosofia, a partir de um recorte de gênero. O objetivo principal é ampliar a escuta e o compartilhamento das vozes filosóficas de mulheres na história da filosofia.

**Palavras-chave:** filósofas, ensino de filosofia, cânone filosófico, feminismo, decolonialidade.

### Abstract

Are there female philosophers? The excluding philosophical tradition, present throughout its canon, produces the silencing of many voices, disregarding individuals by genre, geography, ethnicity. This essay is based on decolonial studies and proposes an analysis and critical discussion of the philosophical canon focusing on its gender gap, especially concerning the teaching of Philosophy. The main objective is to expand the attentiveness and contributions of the voices of women in the history of Philosophy.

**Keywords:** women philosophers; teaching of philosophy; philosophical canon; feminism; decoloniality.

### Errata

Início este texto por uma errata: a escolha do título se deu pela provocação que ele pode causar nas pessoas, incitando-as à leitura sobre um tema ainda muito marginalizado. É claro que existem filósofas e elas não são mulheres invisíveis. São mulheres que foram invisibilizadas, silenciadas ao longo da história, em especial da história da filosofia, e o reconhecimento dessa opressão é hoje mais do que necessário para a construção e o fortalecimento de sociedades mais plurais, capazes de convivências mais democráticas. O título poderia sugerir equivocadamente uma naturalização deste fenômeno social e

---

<sup>1</sup>Docente-pesquisadora do departamento de filosofia do Colégio Pedro II (instituto da rede federal da educação básica técnica e tecnológica) é graduada, mestre e doutora em filosofia pela UFRJ. Coordenadora adjunta do Grupo de Pesquisa *CORPODER - Filosofias Decoloniais corpos, poderes e saberes* (CP2-CNPq), é também membro do GT da ANPOF *Filosofar e ensinar a filosofar*.

político tão recorrente, que é o apagamento da contribuição das mulheres na produção dos saberes. Essa errata visa garantir que isso não aconteça. É importante ressaltar ainda o cuidado com a linguagem, especialmente na filosofia, em que tanto se preza a construção dos discursos, a escolha das palavras. Um dos focos deste texto é salientar os processos coloniais de invisibilidade sobre a produção filosófica das mulheres, não deixando margem para nenhum remetimento a uma possível essência da alma feminina, anterior à existência concreta das mulheres reais, inseridas em seus contextos. Nesta perspectiva que aqui apresento não há essência, nem alma e a existência de subjetividades invisíveis, de mulheres invisíveis na tradição filosófica – mas poderíamos igualmente dizer da invisibilidade de negras/os, populações tradicionais, latinoamericanas/os – é a evidência da violência simbólica sob a qual vivemos. Essa invisibilidade epistêmica das mulheres na filosofia, e em outras áreas do saber, é histórica e estrutural, fruto da imbricação entre poderes e saberes, de políticas androcêntricas, excludentes, binárias, baseadas na heteronormatividade. Ainda assim, mantive o título por uma opção estética e por sua função política provocativa.

### **Colonialidade, cânone filosófico e questões de gênero**

Proponho-me nesse escrito a discutir os processos de colonialidade nos quais a filosofia que é produzida no Brasil, na América Latina, em pleno séc. XXI, bem como seu ensino, está inserida. Filosofia com a qual trabalho, ensino, pesquiso, fazendo dela minha escolha, modo de vida, projeto profissional e pessoal. Proponho-me aqui a apresentar alguns apontamentos críticos à colonialidade na qual a grande maioria da filosofia produzida fora do ‘centro’ europeu está submetida, devido ao cânone que nela impera em sua dinâmica de produção do conhecimento, cânone este marcadamente branco, masculino e europeu, fruto de uma tradição clássica rígida que aprisiona o livre pensar. Identificamos aqui o apagamento da pluralidade, na filosofia, como reflexo direto do modelo hegemônico canônico da filosofia ocidental, oriunda geograficamente do hemisfério norte, o que nos “permite encontrar outra raiz da violência da filosofia moderna e contemporânea pouco ressaltada pelos pensadores de origem européia. Esta é a ‘condição colonial’ da filosofia, isto é, a forma como foram gestados e consagrados os discursos filosóficos” (BONILLA, Alcira, 2010, p.1).

Com esse escrito intento propor o reconhecimento da violência do cânone filosófico como prática de epistemicídio e seu enfrentamento e revisão, no sentido do tensionamento e superação de suas violências constitutivas, especialmente no que tange

ao recorte de gênero, foco deste trabalho. Adoto aqui um pequeno recorte no interior da temática de gênero, bastante ampla, propondo a afirmação e valorização da presença das mulheres na filosofia e em sua tradição histórica, ampliando seu lugar de fala através do ensino e difusão do pensamento das filósofas. Proponho a valorização da pesquisa, do compartilhamento e da inclusão das filósofas e suas teorias, textos e conceitos, nos currículos de filosofia, em especial na educação básica e na formação de professoras e professores, eixo radial de disseminação de conhecimentos. Em seu viés mais prático, a principal finalidade deste escrito é o empoderamento das mulheres que atuam na filosofia e seu ensino e, por reverberação, dessas e de outras mulheres que atuam em diferentes esferas da vida. Traço como estratégia formal de estruturação deste texto a parceria e o diálogo com algumas filósofas na perspectiva dos estudos da descolonização.

Gostaria de salientar outro elemento importante para a identificação das mulheres com a filosofia, que é a importância dos modelos, dos paradigmas – de filósofas, pesquisadoras, coordenadoras, reitoras, presidentas – na construção simbólica, cultural, arquetípica que potencializa a esfera pessoal daquela mulher que cogita, ao longo ou ao fim de sua licenciatura ou bacharelado, fazer da filosofia profissão, busca, trabalho, pesquisa, escrita, meio de vida. Assim coloco uma questão que me parece relevante: o quanto a quase total ausência de filósofas na tradição da história da filosofia, tal como a concebemos a partir do cânone europeu branco e heteronormativo, afasta as mulheres e outros grupos do fazer filosófico? Destaco aqui a dificuldade das mulheres em estabelecerem elos subjetivos e singulares de pertencimento a uma categoria da qual se encontram excluídas, devido ao silenciamento imposto às vozes das filósofas ao longo da história canonizada da filosofia. O quanto, como pesquisadoras/es e professoras/es, somos veículos da transmissão e consolidação de um saber falocentrado, que não nos leva em conta, que nos invisibiliza? Como a nossa tradição filosófica contribui, ainda que via aceitação e passividade, para o ideário sexista e misógino que ainda impera em nossa cultura, em nossas sociedades e, em escala micropolítica, nos espaços de produção do saber nos quais muitas de nós atuamos, como as universidades e as escolas, no microcosmo que é a sala de aula?

Destaco aqui o quanto incluir as mulheres na história da filosofia não significa simplesmente uma listagem de nomes, mas implica na ampliação do cânone em seus recortes temáticos e de conteúdo, assim como em seus lugares de fala.

Algumas pesquisadoras, já nas últimas décadas do séc.XX sustentavam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas disciplinares.

As pesquisadoras feministas assinalaram desde o início que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente. ‘Nós estamos aprendendo’, escreviam três historiadoras feministas, ‘que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva, quanto as atividades públicas e políticas’ (SCOTT, 1995, p. 73).

Precisamos de modelos abertos, para além dos modelos hegemônicos que não reconhecem o valor das diferenças, da alteridade. Assim, a abertura do cânone filosófico nos força a ampliação do espectro da reflexão filosófica para questões antes desvalorizadas, tais como: i) o esquecimento dos corpos e suas potencialidades na produção de conhecimento; ii) na valorização daquilo que historicamente foi associado ao feminino na tradição ocidental, trazendo ao foco da cena os relatos de experiência, auto-biografias, saberes situados, ensaios, narrativas; iii) as questões inerentes ao espaço privado, retirando a filosofia de sua restrição aos universalismos, à uma suposta neutralidade, associada ao espaço público e ao único ser habilitado para existir nesse habitat: o homem, macho, branco, europeu. Fugir da ideia universalizante e essencialista de eterno feminino ou da naturalização do que são construções culturais e sociais, mas ciente de que “recusar as noções de eterno feminino, alma negra, caráter judeu, não é negar que haja hoje judeus, negros e mulheres;” (BEAUVOIR, Simone, 2009, p.12). E assim fazer a denúncia da naturalização dos termos ‘estruturais’ e ‘histórico’ que atualmente têm servido em muitas situações para uma desresponsabilização pessoal sobre os processos sociais, discursos e práticas fóbicas - sexistas, racistas, lgbtfóbicas, opressões geográficas, misóginas.

A filósofa belga Luce Irigaray afirma que não há como dissociar a identidade pessoal da identidade sexual, de gênero: toda identidade é sempre sexuada. Identidade sexual é uma construção conceitual de significados sociais de classificação, fruto das interações simbólicas e das identidades de gênero (*constructo* pessoal, familiar, social, cultural). As subjetividades seguem construções sociais que lhe são impostas, porém, numa visão interacionista, entendemos que os processos de subjetivação, como um todo, mas em especial no espaço escolar, também levam os sujeitos a serem, eles mesmos, partes ativas dos processos de dinâmicas das construções sociais. Assim também são parte ativa nos processos de modificações e transformações das identidades de gênero e das próprias estruturas androcêntricas e patriarcais nas quais funcionamos.

Infelizmente o que vemos é que ainda hoje há muita confusão, desentendimento, preconceito e reducionismo em torno das questões de gênero, em discursos e reações que remontam à publicação de um clássico da filosofia ocidental, *O segundo sexo*, em 1949. Ou quiçá tais reações datem de muito antes, quando Safo escrevia seus poemas, em Lesbos, analisava a sociedade de sua época, propunha alternativas existenciais, mas hoje é silenciada e classificada ‘apenas’ como ‘poetisa’, retirando a legitimidade filosófica de seus escritos e a possibilidade de sua identificação enquanto filósofa. Nesse sentido, o que falar sobre o clássico poema de Parmênides? Seria Parmênides ‘apenas’ um ‘poeta’? Poderíamos classificá-lo até mesmo como um grande poeta e entender a poesia como superior ao próprio discurso filosófico. A questão é: por ter escrito no formato de poesia, negaríamos a Parmênides seu reconhecimento enquanto filósofo? Por que fazemos isso com Safo?

### **Pesquisa em filosofia na educação básica**

Essa pesquisa que desenvolvi na IC Jr. Do Colégio Pedro II, juntamente com três bolsistas (Jéssica, Maria Clara e Thais), teve início recente, datando do começo de 2016, após a defesa da minha tese de doutoramento em filosofia, em dezembro do ano anterior. É fruto de meu percurso pessoal no qual, já ao final da formação acadêmica, durante a escrita da tese, tive a real percepção dos processos de colonialidade nos quais eu estava inserida, bem como a filosofia e sua tradição histórica. A convivência no doutorado sanduíche na UBA, em Buenos Aires, acendeu minha identidade e consciência latinoamericana e eu pude de algum modo atualizar mais de dez anos de estudos filosóficos de tradição exclusivamente européia, branca, norte-ocidental. Mas me chocou perceber, com a tese impressa, que em quase trinta páginas de referências bibliográficas havia uma minoria esmagadora de textos de filósofas.

Ao iniciar o ano letivo de 2016, as questões de gênero estavam em voga no colégio, especialmente a misoginia no espaço escolar, chegando até mesmo à desqualificação da capacidade das mulheres na produção de conhecimento, discurso repetido em certas aulas por alguns docentes. Na resistência, havia a demanda das estudantes pela instauração de comissões de combate permanente ao assédio nos *campi*. Esse contexto me fez ver o quanto nós, filósofas/os e professoras/es de filosofia, contribuímos para a construção dessa violência simbólica ao proferirmos e disseminarmos saberes provenientes exclusivamente de textos de homens, numa tradição androcentrada. Faz-se urgente a assunção de que

é sem dúvida impossível tratar qualquer problema humano sem preconceito: a própria maneira de pôr as questões, as perspectivas adotadas pressupõem uma hierarquia de interesses: toda qualidade envolve valores. Não há descrição, dita objetiva, que não se erga sobre um fundo ético. Ao invés de tentar dissimular os princípios que se subentendem mais ou menos explicitamente, cumpre examiná-los. Desse modo, não somos obrigadas a precisar em cada página que sentido se dá às palavras superior, inferior, melhor, pior, progresso, retrocesso etc (BEAUVOIR, 2009, p.22-23).

A despeito de termos ou não consciência disso, somos agentes desses poderes, imbricados nos saberes que ensinamos ou maneamos – sobre e com os quais pesquisamos, escrevemos, publicamos.

Compreendendo um pouco mais a fundo o mecanismo perverso da violência do cânone, do modelo hegemônico da tradição da história da filosofia, identificamos como este funciona tal qual a dialética do senhor e do escravo, na apropriação realizada pela filósofa Angela Davis. Se é fato que o escravo precisa do senhor, não há senhor sem escravo, que o caracteriza enquanto tal – o que o vincula inexoravelmente ao seu escravo. Assim, por analogia, se por um lado o colonizado só o é em relação ao referencial de um centro, de uma metrópole, ao redor da qual orbita, tampouco o centro existe sem a colônia que, por oposição, o nomeia. Ambas vivem no mesmo modo da coexistência, da interdependência, posto que não há centro sem periferia. Mas sabemos, por outro lado, o quanto essa relação de mútua dependência é perversa, desigualmente injusta e essa dicotomia excludente e opressora necessita ser esgarçada e superada.

A consciência autêntica de um povo oprimido implica uma compreensão da necessidade de abolir a opressão. O escravo encontra no final da sua [vida], elementos para a verdadeira compreensão do que significa liberdade. Ele sabe que isso significa a destruição da relação senhor-escravo. E, nesse sentido, o seu conhecimento da liberdade é mais profundo do que o do mestre. O mestre sente-se livre e ele sente-se livre porque ele é capaz de dar liberdade a outro indivíduo. O escravo experimenta a liberdade do mestre em sua verdadeira luz, à medida que ele entende que a liberdade do senhor é a liberdade abstrata para suprimir outros seres humanos. O escravo entende que este é um pseudo conceito da liberdade e neste momento é mais iluminado do que o seu mestre, porque ele percebe que o mestre é um escravo de seus próprios equívocos, dos seus próprios erros, da sua própria brutalidade, do seu próprio esforço para oprimir (DAVIS, 1971, p.2).

E assim, por exemplo, abrimos espaço em nossos caminhos de produção de conhecimento para aprender sobre o conceito de liberdade menos com aqueles que teorizaram e idealizaram, enquanto mantinham-se vivendo em sociedade que admitiam relações de escravidão, e muito mais com aqueles a quem a liberdade foi negada ao seu próprio ser. Esse é o caso da população afro-descendente para quem a liberdade e sua ausência são também fruto de experiência de vida, pessoal e geracional algo que até os dias de hoje muitas vezes lhes é negada, em políticas públicas de encarceramento

evidentemente racistas que seguem perpetuando os mesmos processos de colonialidade que as instauraram.

Se tivéssemos tempo esta noite poderíamos falar mais aprofundadamente sobre o fato de que essa população carcerária reflete o tipo de sistema capitalista global e como esse sistema negligencia as necessidades humanas. Populações que não têm acesso à moradia, à educação, ao sistema de saúde ou quaisquer outros serviços que são necessários para a sobrevivência humana. A rede carcerária mundial representa um vasto depósito de lixo nos quais pessoas que não têm importância são depositadas, descartadas. As pessoas que têm a menor importância são as pessoas negras, as que vêm do sul global, muçulmanos e muçulmanas, pessoas indígenas (DAVIS, 2017)

### **Escola e formação de professores: espaços estratégicos de descolonização e resistência**

Algo que identificamos, na lógica perversa do cânone filosófico, dos *clássicos*, é que somente um pequeno recorte no exercício filosófico humano pode ser acessado pela professora ou professor em formação. Isso só evidencia o cunho político tendencioso no interior desses recortes que, com sua aparência de neutralidade, escamoteiam a pluralidade e a diversidade, encerrando a filosofia e o filosofar num universo eurocêntrico, branqueado, xenófobo, heteropatriarcal. Essa é a realidade da sala de aula na universidade, nas licenciaturas, assim como é, conseqüentemente, na educação básica, pois a atuação profissional dentro e fora da sala de aula será reflexo da formação docente. Ainda que possamos afirmar que o trabalho desenvolvido na sala de aula nunca é fruto exclusivamente do que é ensinado na formação de professores, assim como seria equivocado pensar num modelo de causalidade linear e simplório, é preciso assumir o quanto somos influenciadas de modo decisivo pelos modelos paradigmáticos de professoras e professores com os quais aprendemos quando éramos estudantes, principalmente na universidade, mas também na escola.

Docentes em sua fase de formação, em geral, não têm acesso ao que irrompe tensionando o cânone oficial, nem têm muitos instrumentais para ir além do que predomina nos currículos dos cursos que são oferecidos nas universidades e suas licenciaturas. “[E] tudo o que se decide não ensinar? (...) aquilo que se decide não ensinar costuma ser tão ou quase mais importante do que aquilo que sim se decide incutir dentro do espaço escolar.” (CUNHA, Monica, 2015, p.157). É emergente prestarmos atenção naquilo que costuma denominar-se em alguns estudos críticos da didática como currículo nulo – os silenciamentos, apagamentos, invisibilizações. Aquilo que não se ensina, por que não se ensina? Lacunas que, de tão evidentes que são, deixam marcas, traços, rastros por via dos quais podem ser recompostos, ainda que exijam técnicas de escavação

arqueológicas. Seria aqui mais que perverso depositar sobre os ombros de estudantes universitários em formação a responsabilidade solitária de reconstituir lacunas de construções históricas canonizadas, de reconstruir os apagamentos a partir de vestígios borrados de existências étnicas, de gênero, geográficas. Essa tarefa só pode ser empreendida em conjunto, em decisões e ações que perfazem desde a esfera pessoal às esferas decisórias coletivas, aprovando disciplinas específicas em programas de curso de graduação, especialmente nas licenciaturas, incentivando publicações com essas temáticas, abrindo linhas de pesquisa que incentivem os saberes críticos à colonialidade a transitarem e se aprofundarem nos cursos de pós-graduação.

Uma vez que objetivamos, como nos propõe Bell Hooks em seu belo livro *Ensinando a transgredir* (que, penso eu, deveria ser bibliografia fortemente sugerida em toda formação de professoras/es, especialmente de filosofia) uma alteração das práticas de ensino-aprendizagem no sentido da descolonização e da potencialização de uma educação como prática da liberdade, faz-se necessário empreender essa tarefa de modo teórico e prático em nosso cotidiano, nos espaços ensinantes em que atuamos. E assim atuar nos círculos de produção e compartilhamento de saberes de modo não padronizado, não meritocrático e individualista, mas, ao contrário, incluindo os afetos, o corpo, valorizando os encontros. Especialmente as mulheres, que

têm, antes de mais nada, de provar que são pensadoras, o que é mais fácil quando acatam o protocolo que prega a separação entre o pensamento sério e um sujeito encarnado na história. Rich pede às mulheres que entrem nas esferas do pensamento e do conhecimento críticos sem se tornar espíritos desencarnados, seres humanos universais (GALLOP, Apud: HOOKS, 2013, p.255).

E deste modo denunciar o quanto essa suposta neutralidade é inviável. Esta fundamenta-se em um desinteresse do agente, supostamente garantido pelo apagamento do lugar de fala, que contribuiria para o engendramento de um *constructo* em que esse universalismo filosófico abstrato, condensado no conceito de *homem*, enquanto *espírito desencarnado*, entendido como ser universal, com pretensões de abranger em si toda a humanidade – o que o faz dispensar marcadores de gênero, raça, sexuais, dentre outros – é uma máscara que se estrutura sobre um binarismo excludente. No interior de um arranjo que, por princípio, escamoteia a pluralidade, o colorido, as diferenças.

Alterar a matriz prática e de conteúdo na formação de professores de filosofia e, em consonância com esta, alterar também o simbólico, tensionando e esgarçando os currículos e as práticas de ensino de filosofia em seus recortes de gênero, étnicos, geográficos, parece-me atitude estratégica em sua capacidade multiplicadora, enquanto

política de educação. Estratégia que se insere no interior de um projeto libertário, crítico à colonização dos saberes e disposto a impor resistência à violência do cânone filosófico, propondo re-existências ativas em sua prática de ensino e pesquisa, corroborando com a perspectiva das pesquisas ativistas, realizadas por pesquisadoras/es militantes. Nessa seara, entendo que esse tensionamento incide duplamente, tanto na forma decolonial com a qual lidamos com o texto filosófico, quanto num esgarçamento e ampliação também dos conteúdos filosóficos, dos enfoques, na ampliação e diversificação de autoras e autores. Desse modo, percebo a importância não só de se travar uma outra relação com a/o filósofa/o e sua teoria – algo que identifico como uma descolonização da forma, do como, do método de se fazer filosofia, valorizando um formato mais ensaístico, interpretativo, criativo e autoral, e menos limitado à análise e comentário de especialista; como também ratifico a importância de alterações no âmbito do conteúdo filosófico. Este não pode mais restringir-se a um ruminar e regurgitar de ideias europeias profundamente comprometidas com o projeto político hegemônico de poder global colonial, correndo o risco de sua total incapacidade de autocrítica, gerando sua total irrelevância para a existência humana como um todo e, por que não dizer, pior, correndo o risco de ser nocivo à potencialização da vida.

### **Estudos decoloniais e a marca da interdisciplinaridade**

As pesquisas e estudos comprometidos com a descolonização de nossos corpos, poderes e saberes, ainda que variados e dispersos, sendo impossível configurar uma única linha, mas sim distintos e múltiplos percursos decoloniais, possuem alguns elementos em comum que podem ser elencados. Além do comprometimento com a realidade social, da necessidade das abstrações teóricas retornarem à concretude da dimensão existencial, suas lutas e demandas efetivas, práticas, algo que já foi pontuado, gostaria de salientar um outro aspecto que também é valioso, em especial para aqueles atentos às matrizes metodológicas e epistêmicas: a interdisciplinaridade dos saberes. Por esses estudos críticos conseguimos diagnosticar e entender a falência do modelo moderno de conhecimento fragmentado (por que não dizer apartado?) em gavetas estanques, de superespecializações que tornaram seus especialistas paradoxalmente os que mais sabem e os mais ignorantes. Eles são simultaneamente profundos conhecedores de itens bastante específicos nos quais se aprofundaram, mas incapazes de relacionar esse microsaber com outros saberes, articulando-o com a vida, a realidade, a existência. Tornamo-nos, assim, incapazes de realizar a operação básica da inteligência, palavra que provem da união dos

termos do latim *inte-ligere*, nos tonando incapazes de interligar os conhecimento, relacioná-los, ampliá-los, torcê-los, com eles dialogar e, por que não?, criticar, tensionar, tretar.

Num exemplo positivo de apropriação de técnicas que até hoje não foram muito bem vistas pela filosofia, como a pesquisa de campo e o trabalho com dados estatísticos, a professora Carolina Bomfim Araújo, do departamento de Filosofia da UFRJ, desenvolveu a pesquisa qualitativa *Mulheresna PósGraduação em Filosofia no Brasil – 2015*<sup>2</sup>, que impulsionou a campanha *Filósofas: quantas somos?*, cujo objetivo “é exigir da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a computação e divulgação em tempo real dos dados sobre gênero nas funções dos programas de pós-graduação em Filosofia no país”<sup>3</sup>. Seus resultados permitiram constatar que nós somos as mulheres que sobrevivemos na luta contra a corrente do fluxo majoritário de evasão dos corpos femininos do espaço acadêmico da filosofia, segundo comprovam as estatísticas. Isso porque é possível identificar um número relativamente grande de mulheres que buscam o curso de filosofia no nível de graduação, porém há o registro de um exponencial decréscimo dessa entrada na pós-graduação (falta de interesse e procura das mulheres por esses cursos? Inviabilidade de sua permanência? Por quê? Ou baixa aprovação nas seleções de mestrado e doutorado nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras? Penso que valeria investigar com atenção inclusive a sobreposição dessas hipóteses). Em sua grande maioria as mulheres acabam migrando para outras áreas ao longo do estabelecimento da carreira, muitas mudam de curso ainda na graduação, nem chegando a concluir a licenciatura ou o bacharelado em filosofia.

As poucas de nós que persistimos na filosofia constituem um conjunto numérico bastante reduzido de professoras e filósofas mulheres que lecionam nos cursos de pós-graduação. A partir da introdução de dados empíricos e de sua análise foi possível constatar: i) não só que o campo da filosofia é majoritariamente ocupado pelos homens (o que já observávamos, ganhando apenas uma nova sistematização); como também ii) afirmar a histórica incidência da prática de misoginia epistêmica pela academia filosófica brasileira – em seus recortes curriculares, no simbólico hetero-patriarcal que reforça o cânone filosófico, como também nas seleções de vagas para estudantes e bolsas nas pós-graduações, nos concursos docentes e, conseqüentemente, na composição dos

---

<sup>2</sup>[http://anpof.org/portal/images/Documentos/ARAUJOCarolina\\_Artigo\\_2016.pdf](http://anpof.org/portal/images/Documentos/ARAUJOCarolina_Artigo_2016.pdf)

<sup>3</sup><http://anpof.org/portal/index.php/en/2014-01-07-15-22-21/acontece/945-filosofia-e-genero-no-brasil>

departamentos de filosofia e do corpo docente das pós-graduações. A introdução e valorização da empiria (incomum na tradição filosófica, de privilégio quase restritivo da abstração), apresentando dados que podem ser alarmantes, sem dúvida traz materialidade e facticidade a discursos de libertação tantas vezes estrategicamente desqualificados pelo discurso hegemônico, taxados de *mimimi* vitimista, como muitas denúncias provenientes do movimento feminista ou do movimento negro, por exemplo.

Descolonizar o conhecimento significa criar novas configurações de conhecimento e de poder. Então, se minhas palavras parecem preocupadas demais em narrar posições e subjetividade como parte do discurso, vale a pena lembrar que a teoria não é universal nem neutra, mas sempre localizada em algum lugar e sempre escrita por alguém, e que este alguém tem uma história (KILOMBA, 2016, p.8).

Aquelas mulheres que persistem na filosofia e no filosofar o fazem certamente à custa da alienação de si, de nós mesmas, a fim de estabelecer, manter e aprofundar uma identificação com a filosofia e sua tradição falocentrada, excludente e epistemicida. Esse conceito ampliado de alienação, que inclui os afetos, emoções, a psique, a saúde humana, que estabelece diálogo com a psicanálise e outras vertentes da psicologia segue a mesma linha de trabalho de Frantz Fanon e Albert Memmi. Aprendi a elaborar esse conceitual com Grada Kilomba e Bell Hooks, filósofas afrodiáspóricas com reflexões muito potentes, que me despertaram para o quanto esses processos que perpetuam a colonialidade são sempre pessoais e também coletivos, particulares e gerais, bastante complexos e profundos. Nessa trilha, me habilitaram a incluir a dimensão violenta do sofrimento e da interdição dos corpos como elemento crucial de análise, embora já de há muito sentisse o sofrimento que experimentamos, nós, mulheres, em nossos próprios corpos, como consequência direta desses processos de alienação num mundo de imbricação promíscua entre poderes e saberes que são invisibilizados, deslegitimados ou, em outro polo, reconhecidos e enaltecidos. Porém, através da apropriação da teoria e sua auto-elaboração, esta pode ser curadora. Aposto na potência da teoria como meio de cura, na interligação entre ensino, pesquisa e prática pedagógica, em especial no ensino de filosofia. Aqui se fazem ecoar as palavras poderosas de Bell Hooks, com as quais me identifico:

Cheguei à teoria porque estava sofrendo, a dor dentro de mim era tão intensa que eu não poderia continuar a viver. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender, querendo entender o que estava acontecendo ao meu redor. Acima de tudo, cheguei à teoria porque queria fazer a dor ir embora. Eu vi, na teoria, um local para a cura (HOOKS, 2013, p.59).

**Considerações finais: potencial transformador das aulas de filosofia**

Afirmo aqui o potencial das aulas de filosofia, em especial na educação básica, para operar fissuras e transgressões no modelo único, universalista, padronizado. Propondo o exercício filosófico também como um pensar da filosofia sobre si mesma e as diferentes filosofias que comporta, em sua dimensão crítica e auto-crítica, de um pensamento que pensa a si mesmo enquanto pensamento situado, em sua historicidade: “Sem dúvida, a mulher é, como o homem, um ser humano. Mas tal afirmação é abstrata; o fato é que todo ser humano concreto sempre se situa de um modo singular.” (BEAUVOIR, Simone, 1988, p.12). Há potencialidades no ensino de filosofia, como a dialogicidade que lhe é inerente, sua criticidade, a abertura para a interdisciplinaridade, a capacidade de abranger uma pluralidade de textos, conceitos, autoras e autores que podem encaminhá-lo e atualizá-lo no sentido de fugir dos modelos unívocos, esgarçando e implodindo as dicotomizações entre centro e periferia, teoria e prática, metrópole e colônia, mesmidade e alteridade. Tudo o que foi anteriormente exposto me habilita a ser otimista e apostar nos espaços ensinantes, como a escola e a universidade, para instituir micropoliticamente re-existências. Capazes de nutrir, assim, outros modos de subjetivação e suas interrelações, seja através de sua reinvenção, reconfiguração, transvaloração, ressignificação, recriação – ou seja lá que nome daremos para o nosso compromisso em manter a filosofia viva e pulsante, logo, em permanente movimento.

### **Referências bibliográficas:**

ARENDDT, Hannah. “A crise da educação”. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

BACH, Ana Maria (coord). *Para una didáctica con perspectiva de género*. Buenos Aires, Miño y D’Ávila; UNSAM Edita, 2015.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BONILLA, Alcira. *Filosofía y violencia*. Cuadernos de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales. Universidad Nacional de Jujuy, n.38, San Salvador de Jujuy, 2010.

CUNHA, Monica. “El *currículum* como *Speculum*”. In: BACH, Ana Maria (coord). *Para una didáctica con perspectiva de género*. Buenos Aires, Miño y D’Ávila; UNSAM Edita, 2015.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. *Palestras sobre libertação*. <http://kilombagem.org/palestras-sobre-libertacao-lectures-on-liberation/>, Nova Iorque, 1971 [último acesso em 14/3/2017].



\_\_\_\_\_ *Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo.* conferência proferida na reitoria da UFBA, BA/Brasil, em 25 de julho de 2017. <https://www.youtube.com/watch?v=6CdrOqPE7Rs> [último acesso em 14/3/2017].

GRAU, Olga; LUONGO, G. *Cambio de piel. Textos escogidos y guías de trabajo sobre género para la enseñanza media.* Santiago de Chile: La Morada, 1997.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.* São Paulo: WMF e Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. *Descolonizando o conhecimento* (palestra-performance no Goethe Institut, de São Paulo, em 11/3/2016). <http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.